

Sumário

Parte I — Teoria Geral da Investigação Criminal Defensiva

1. Noções gerais	3
2. Os problemas do inquérito policial	7
3. Os problemas da questão probatória.....	11
3.1 A busca da “verdade real”	12
3.2 O “peso” da prova testemunhal e a distribuição do ônus da prova	14
3.3 Processar para absolver	16
4. Os problemas da (falta de) participação da defesa na persecução penal....	19
5. Em busca da paridade de armas	21
6. Um novo nicho na Advocacia?.....	25
7. Os fundamentos da atuação defensiva e investigativa	29
7.1 Fundamentos constitucionais da investigação criminal defensiva	29
7.2 O Código de Processo Penal	32
7.2.1 O art. 156 do CPP: quem deve provar?	34
7.3 A investigação direta pelo Ministério Público	38
7.4 A Lei do Detetive Particular	41
7.5 O Estatuto da OAB.....	44
7.6 O Provimento n. 188/2018 do Conselho Federal da OAB	46
7.7 O projeto do Novo Código de Processo Penal.....	47
8. O conceito de investigação criminal defensiva.....	51
9. Comparando com o inquérito policial.....	53

10. Quais atividades podem ser objeto de investigação criminal defensiva? .	57
11. A investigação para subsidiar queixa-crime.....	59
12. A investigação é privativa da Advocacia.....	63
13. Quem participa da investigação criminal defensiva?	65
14. Momentos da investigação criminal defensiva.....	69
14.1 A investigação defensiva durante a investigação oficial.....	71
14.2 A investigação durante a instrução processual.....	73
14.3 A investigação na fase recursal.....	74
14.4 A investigação defensiva na execução penal.....	76
14.5 A investigação defensiva para a revisão criminal.....	78
15. Finalidades da investigação	81
15.1 Pedido de instauração de inquérito policial	82
15.2 Pedido de trancamento de inquérito	84
15.3 Rejeição ou recebimento de denúncia ou queixa.....	85
15.4 Resposta à acusação	87
15.5 Pedido de medidas cautelares.....	89
15.6 Defesa em ação penal pública ou privada.....	91
15.7 Razões de recurso.....	92
15.8 Revisão criminal.....	93
15.9 Habeas corpus.....	96
15.10 Proposta de acordo de colaboração premiada.....	97
15.11 Proposta de acordo de leniência	99
15.12 Outras medidas destinadas a assegurar os direitos individuais em procedimentos de natureza criminal.....	100
16. Diligências possíveis	103
16.1 Depoimentos	103

16.2 Pesquisa e obtenção de dados e informações	107
16.3 Laudos e exames periciais	109
16.4 Reconstituições	110
17. Uma investigação imparcial para fins parciais.....	113
18. Sigilo das informações.....	115
19. É dever do Advogado levar os fatos investigados à autoridade?	117
20. Comunicação e publicidade do resultado da investigação.....	119

Parte II — Questões práticas

21. Limites da investigação defensiva	123
21.1 Falta de coerção e de fé pública	126
21.2 A ausência de poder de requisição	127
21.3 Superando algumas dificuldades	131
22. Os autos da investigação criminal defensiva	135
23. Termo de instauração	137
24. Capa	143
25. Comunicação à OAB	147
26. Rit(m)o e andamento.....	151
27. A divisão da diligência em partes	155
28. Ordem de serviço	159
29. Auto de descrição de local	163
30. Termo de declarações	165
31. Auto de reconhecimento de pessoa	169
32. Auto de reconhecimento de objeto.....	171
33. Auto de avaliação de coisa	173
34. Relatórios.....	177

35. Termo de enumeração de pessoas.....	183
36. Termo de enumeração de crimes.....	187
37. Relatório de conclusão	191
38. A utilização parcial dos resultados da investigação: cuidados.....	193
39. Quando juntar aos autos oficiais?	197
40. O que fazer se os resultados da investigação criminal defensiva não forem aceitos?	201
41. Continuar a investigação durante todo o processo?	203
Considerações finais	207
Referências	209